

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 841.901 PERNAMBUCO**

| | |
|-----------------------|---|
| RELATOR | : MIN. LUIZ FUX |
| EMBTE.(S) | : EDILSON SEBASTIAO DOS SANTOS |
| ADV.(A/S) | : ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S) |
| EMBDO.(A/S) | : ESTADO DE PERNAMBUCO |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO |

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO.
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇA-PRÊMIO NÃO
GOZADA. COMPROVAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO
INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCURSIONAMENTO NO
CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS
Nº 279 E Nº 280 DO STF. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU
OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. APLICAÇÃO
DE MULTA. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.**

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, com imposição de multa, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 841.901 PERNAMBUCO**

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : EDILSON SEBASTIAO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E
OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração opostos por EDILSON SEBASTIÃO DOS SANTOS contra acórdão que restou assim ementado:

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO
ESTADUAL. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA.
COMPROVAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO
INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCURSIONAMENTO
NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS
SÚMULAS Nº 279 E Nº 280 DO STF. OMISSÃO.
INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES.
IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPROVIDOS.”**

Inconformado com a decisão supra, o embargante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese:

“3.2. Ocorre que o acórdão é omissivo quanto:

*3.2.1. Ao Princípio da Inafastabilidade da Prestação
Jurisdicional (artigo 5º, XXXV da CF);*

ARE 841901 AGR-ED-ED / PE

3.2.2. Ao Devido Processo Legal (artigo 5º LIV e LV da CF);

3.2.3. À Ampla Defesa e ao Contraditório (artigo 5º, inciso LV da CF);

3.2.4. Ao Princípio da Máxima Efetividade (artigo 5º, XXXV, da CF);

3.2.5. O Cerceamento de Defesa do Embargante;

3.2.6. O Princípio da Legalidade, estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

3.2.7. O Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos;

3.2.8. A responsabilidade civil do estado: os danos materiais e morais, artigo 37, § 6º, da Constituição Federal;

3.2.9. O pedido de antecipação da tutela, ferindo assim o decido processo legal, artigo 5º, inciso LIV.” (Fl. 2 do doc. 14).

É o relatório.

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 841.901 PERNAMBUCO**

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Não merecem acolhida as pretensões do embargante.

Ab initio, há que se frisar que o embargante pretende, nestes segundos embargos de declaração, rediscutir matéria já decidida. Ora, esta Suprema Corte firmou jurisprudência nos termos da qual não se revelam cabíveis embargos de declaração quando, a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição, vêm a ser opostos com o inadmissível objetivo de infringir o julgado, em ordem a viabilizar um indevido reexame da causa (AI 177.313 AgR-ED, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 13/9/1996).

Com efeito, ao contrário do alegado pelo embargante, o acórdão hostilizado assentou que o Tribunal de origem indeferiu o pleito de conversão em pecúnia de licença-prêmio supostamente não gozada nem computada para fins de aposentadoria com fundamento no conjunto fático-probatório dos autos e na legislação infraconstitucional local de regência, o que atrai a incidência das Súmulas nº 279 e nº 280 do STF.

Vale enfatizar, ainda, que a jurisprudência deste Tribunal é uníssona no sentido de que a oposição de embargos com nítido intuito procrastinatório, com a injustificável reiteração do recurso, traduz hipótese de evidente abusividade, apta a justificar, por si só, a aplicação da norma inscrita no artigo 538, parágrafo único, do CPC (AI 586.710-AgR-ED-ED, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 2/2/2007).

ARE 841901 AGR-ED-ED / PE

Com essas considerações, **NÃO CONHEÇO** destes segundos embargos de declaração e, por considerá-los manifestamente procrastinatórios, condeno o embargante ao pagamento da multa de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionado ao depósito do valor correspondente.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO 841.901

PROCED. : PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

EMBTE.(S) : EDILSON SEBASTIAO DOS SANTOS

ADV.(A/S) : ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: A Turma não conheceu dos embargos de declaração, com imposição de multa, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 6.10.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma